

PARECER JURÍDICO

Consulente: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO
CONTESTADO – CISAMURC

Assunto: solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro efetuado pela
empresa Maycon Will Eireli.

RESUMO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – Cisamurc, através de seu Gerente Administrativo, Luiz Cesar Batista, requereu um parecer de sua assessoria jurídica acerca da solicitação de Reequilíbrio Econômico-financeiro efetuado pela empresa Maycon Will Eireli.

Relatou a empresa, em seu requerimento, que por motivos alheios a sua vontade e por imprevisível imposição de aumento de custo para sua obtenção e transporte.

Sendo assim, alegou a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro quanto ao item 29 - ÁLCOOL LÍQUIDO DE 1 LITRO, vencido pela solicitante no Pregão 08/2020.

DO MÉRITO

No que tange o mérito do pedido apresentado, inicialmente, pertinente elencar questões doutrinárias e do ordenamento jurídico pátrio para ao final, apresentar as ponderações e manifestações específicas.

De forma inaugural e necessária, Jessé Torres e Marinês Dotti enfatizam a intangibilidade das cláusulas econômico-financeiras, é o trecho a seguir:

“Todas as alterações nas cláusulas regulamentares ou de serviço originais devem assegurar a intangibilidade das cláusulas econômico-financeiras (preço) e monetárias (atinentes a correção e reajustes), caso essas alterações desequilibrem a relação encargo/remuneração inicialmente estabelecida. Ao mesmo tempo que à Administração Pública cabe a prerrogativa de alterar unilateralmente cláusulas de serviços de seus contratos, em contrapartida, ao contratado assiste o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em face das modificações impostas mercê do uso da prerrogativa (Lei nº 8.666/93, art. 58, §§1º e 2º).” (PEREIRA JUNIOR e DOTTI, 2009).

Prosseguem os autores destacando que o equilíbrio econômico-financeiro configura direito subjetivo do contratado assegurado pelo art. 37, XXI, da Constituição Federal, veja-se:

“O direito ao equilíbrio econômico-financeiro não pode ser tísnado sequer por força de lei, dado ser esta submissa, necessariamente, ao art. 37, XXI, da Constituição da República, segundo o qual obras, serviços e compras serão contratados com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, ou seja, assiste ao contratado o direito à manutenção da equação econômico-financeira inicial. Extrai-se, pois, que a intangibilidade das cláusulas econômico-financeiras ficará defendida tanto contra as intercorrências que o contratado sofra em virtude de alterações unilaterais, quanto contra elevações de preços que tornem mais onerosas as prestações a que esteja obrigado, como, ainda, contra o desgaste do poder aquisitivo da moeda, temas que serão examinados adiante. Frise-se: a intangibilidade é da equação equilibrada, não da literalidade do preço; este pode ser alterado, desde que mantida aquela.” (PEREIRA JUNIOR e DOTTI, 2009).

Na seara contratual, o caput do artigo 58 da Lei nº 8.666/93 assegura à Administração Pública os poderes de alterar e rescindir

unilateralmente os contratos administrativos, fiscalizar a execução, sancionar o particular e, nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens, pessoas e serviços vinculados ao objeto do contrato, in verbis:

“Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.”

No entanto, o equilíbrio econômico-financeiro está imune a esses poderes atribuídos à Administração Pública. Os §§ 1º e 2º do citado artigo 58, em consonância com o Texto Constitucional, preserva a intangibilidade do equilíbrio.

“Art. 58.

[...]

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo [refere-se ao poder da Administração Pública de alterar unilateralmente o contrato], as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.”

De igual modo, o art. 65, que cuida das alterações contratuais, unilaterais e consensuais, em seu § 6º também põe à salvaguarda a equação econômico-financeira, nos seguintes termos:

“§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.”

Durante a execução do contrato administrativo pode ocorrer determinados eventos capazes de afetar o equilíbrio econômico ajustado entre a Administração Pública e o particular.

Nesses casos, uma vez presentes os requisitos legais, deve a equação econômico-financeira ser reequilibrada, sob pena de haver enriquecimento ilícito por parte de um dos contratantes.

Com efeito, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro representa atendimento do interesse público primário. Nesse sentido, ensina o professor Marçal Justen Filho:

“A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar à própria Administração. Se os particulares tivessem de arcar com as conseqüências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A Administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmos quando inoportunos, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., fl. 747/748).

No que tange a manifestação da empresa, ressalto que a utilização de materiais de caráter midiático não tem condão comprobatório para as alegações que se pretende, motivo pelo qual não haverá análise de mérito quando ao seu conteúdo. Ainda, este causídico entende que a utilização de material de mídia tem condão de maquiar a falta de mérito e de

conteúdo efetivo, ou seja, utiliza-se de tais artifícios para dar corpo a peça qual escassa de matéria *probandi*.

No mérito, respondo que a solicitação, a despeito de sua extensa redação, deixa lacunas que inviabilizam seu deferimento, notadamente quando em detida análise da questão custo de frete.

Toda a manifestação quanto a tal custo foi efetuado pela solicitante utilizando os valores pagos a uma única empresa, quando se sabe, o Brasil é o país com maior oferta de transporte, não sendo diferente nos estados do sul. Ora, se o serviço de transporte para ser efetuado por várias empresa, ou seja, existe uma grande oferta para este tipo de serviço, evidente que deveria o solicitante ter o cuidado de comprovar sua alegação de necessidade de readequação econômico-financeira do pactuado.

Não obstante, as notas apresentadas pela solicitante fazem saltar aos olhos uma questão que foi por ela negligenciada, qual seja, a diminuição dos valores quando da isenção de IPI. Pois bem, se considerada a diferença dos valores atuais, apenas considerando os documentos fiscais de compra apresentados, não há motivo para reequilíbrio, quando por período considerável, a empresa teve margem superior ao contratado, equilibrando a equação comercial.

Caso comprovado o efetivo aumento do custo de frete, o qual, é cediço estar sofrendo com aumentos de combustível e afins, através de cotações de outras empresas de transporte, o que, diga-se, é imperioso por parte da solicitante, a questão teria outros nortes, justificando então a aplicação do direito pleiteado pela solicitante.

Além disso, é cristalino que para o reequilíbrio de preço, deve ser efetivamente demonstrado o aumento de custo, a impossibilidade de fornecê-lo no preço cotado, a inexistência de outro haja visto a empresa trabalhar como distribuidora de medicamentos de diversas marcas, o que seria indispensável para a discussão em tela e que não restou cabalmente comprovado.

Sendo assim, o que resta demonstrado, destarte a cena arquitetada na solicitação, carecem de motivos que ensejam o deferimento do pedido apresentado.

CONCLUSÃO

A assessoria jurídica do Cisamurc manifesta-se pelo indeferimento do pleito da empresa pelos argumentos em linhas retro, uma vez que o requerimento carece de matéria probatória, devendo este cumprir com a obrigação assumida nos moldes pactuados entre as partes.

Canoinhas/SC, 11 de maio de 2021.

WILLIAN NACIMENTO
OAB/SC – 42.069